timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 120 JANEIRO 1996

LONDRES: PUBLICAMENTE, POUCO

Os MNE de Portugal e da Indonésia voltaram a encontrar-se para discutir o problema de Timor Leste. Com poucos resultados anunciados

Pouco transpirou do 7º encontro entre os MNE de Portugal e da Indonésia que, sob os auspícios do SG das Nações Unidas, teve lugar em Londres no passado dia 16 de Janeiro. O próprio comunicado final da ONU é sintético: 5 curtos parágrafos resumem as mais de 7 horas de discussão.

De concreto saiu o acordo para a realização em Março da segunda reunião intra-timorense, a ter lugar no mesmo local da anterior (Áustria), e a marcação da 8ª ronda das conversações para o dia 29 de Junho, em Genebra. Entretanto, o diálogo entre os dois países continuará a nível dos seus Representantes Permanentes nas Nações Unidas, com a participação de representantes do Secretário-Geral.

APOSTAR NA PARTICIPAÇÃO TIMORENSE

Havia alguma expectativa envolvendo esta ronda.

Primeiro, porque o MNE Ali Alatas fez questão de frisar, por várias vezes, que agora eram as questões de fundo que estavam em cima da mesa e que a ausência de resultados palpáveis levaria a questionar do interesse em continuar com este formato, deixando suspensa no ar a possibilidade de ter de se levar o assunto à Assembleia Geral da ONU. Seria de esperar, portanto, alguma iniciativa indonésia para esta ronda.

Segundo, porque mudara o governo em Portugal e um novo ministro ia estar presente, para mais alguém que já desempenhara aquele cargo no passado e como tal deixara a sua marca na questão.

Jaime Gama fez antecipar a sua participação nas conversações com algumas iniciativas que permitem antever um estilo mais mediatizado. A de maior impacto foi o anúncio da sua disponibilidade para se deslocar a Jacarta para se encontrar com o dirigente máximo da Resistência timorense, o Comandante Xanana Gusmão. Conforme Gama explicou, esta iniciativa inscreve-se no esforço de valorizar o papel dos timorenses na procura de uma solução para o problema. Mas tem, também, um perigo que é o de trazer para o centro das conversações o reatar das relações diplomáticas entre os dois países - uma aposta muito forte de Jacarta - como muito bem explorou o ministro Alatas na conferência de imprensa no fim do encontro.

Outra iniciativa do MNE português foi a de dar uma entrevista a um jornalista indonésio - publicada no *Jakarta Post* e no *Forum Keadilan* - nas vésperas da sua partida para Londres. A (incipiente) opinião pública indonésia teve assim oportunidade de ter uma visão do "outro lado" que não apenas a dada pela agência noticiosa oficial.

"*Tivemos uma discussão muito útil e construtiva*", disse Alatas aos jornalistas no final da reunião sem entrar em pormenores, à semelhança do que fez depois Jaime Gama. Mas aqui foi o ministro indonésio que se tornou mediático ao envolver-se em diálogo "acalorado" com jornalistas portugueses para reivindicar: "*Nunca disse que Timor Leste era um paraíso. Mas recuso aceitar que seja ... um inferno*" (*Reuter*, 16/1/96).

MENTIRAS, POLÍCIA E ARAME FARPADO

Confrontado ainda na conferência de imprensa com os quase permanentes pedidos de asilo político por parte de jovens timorenses nas embaixadas sediadas em Jacarta, Ali Alatas, sobranceiro, respondeu "*Todos eles viram, invariavelmente, ser-lhes recusado* [o asilo político por outros países] *porque não são perseguidos e no fim acabam por optar por ir para Portugal, ganham um bilhete de avião de graça para Portugal. Óptimo. Não os vamos impedir. Deixem-nos ir.*" (*IPS*, 17/1/96).

Mas um despacho da *Reuter* emitido a partir da capital

neste número:

LONDRES: PUBLICAMENTE POUCO

BRASIL: TIMOR EM CONSTRUÇÃO

INDONÉSIA: PRIVILÉGIOS

indonésia dá uma imagem bem diferente da realidade. Segundo esse despacho, as "*embaixadas estrangeiras em Jacarta estavam em estado de alerta*" no dia do encontro de Londres. Fontes diplomáticas não identificadas disseram àquela agência que "*a polícia indonésia*" tinha avisado "*pelo menos duas embaixadas de que perto de 100 timorenses poderiam tentar invadir as suas missões de modo a coincidir com as conversações de Londres*". A *Reuter* informava ainda que "*a maioria das embaixadas em Jacarta*" tinha reforçado "*a sua segurança interna, colocando arame farpado sobre as cercas, desde a última serie de invasões iniciada em Setembro. As forças de segurança indonésias aumentaram a sua presença no exterior das missões.*" (*Reuter*, 16/1/96).

No dia 18 de Janeiro, a Amnistia Internacional alertava para a prisão em Jacarta de mais 15 timorenses. De acordo com a AI, um grupo de 7 jovens (entre os quais uma rapariga) foi preso às 8,30 da manhã do dia 12 defronte da embaixada do Japão. Julga-se que a polícia os terá prendido por suspeitar de que pretenderiam entrar na representação diplomática japonesa para aí pedirem asilo político.

O segundo grupo, formado por 8 rapazes, foi preso às 11,30 da manhã desse mesmo dia em Jacarta ocidental. Não sendo claros os motivos que levaram à sua prisão, a AI acredita que a mesma é o resultado de uma tentativa falhada de entrar na embaixada da Bulgária, ocorrida no dia 6.

Sendo o paradeiro actual dos 15 jovens desconhecido, receia a Amnistia que os mesmos estejam a ser sujeitos a maus tratos, incluindo tortura.

CONFRONTOS MILITARES MULTIPLICAM-SE

"*Residentes dizem que a situação em Timor Leste continua a deteriorar-se, com os jovens a fugir do território ou a irem para as montanhas.* 'Deixaram a cidade às centenas, tanto para se juntarem à guerrilha como para fugirem do país através de Jacarta', *disse um residente.*" (*Reuter*, 15/1/96).

A ida da juventude para as montanhas tem repercussões na situação militar. "*Sete soldados indonésios e dois civis morreram em Timor Leste no que diversas fontes, locais e outras, afirmaram ser o último de uma serie de confrontos entre forças governamentais e guerrilheiros. Fontes da polícia, um deputado local e diplomatas disseram que os soldados e os civis foram mortos no dia 9 de Janeiro quando o seu veículo foi atacado pelos guerrilheiros em Leoruka, no distrito de Viqueque. (...). Diplomatas disseram que nos últimos meses Timor Leste se encontra sob um controlo militar muito mais apertado.*" Estas mesmas fontes disseram à *Reuter* que "*desde Outubro, os contactos entre o exército e a guerrilha, antes reduzidos a um nível mínimo, aumentaram os números de baixas de ambos os lados, incluindo a morte em Dezembro de 4 imigrantes indonésios pela guerrilha na cidade de Lospalos.*"

Ainda segundo esta agência, "*no mesmo mês, a guerrilha surpreendeu e matou dois soldados que tomavam banho perto de Viqueque, no que diplomatas disseram parecer ser uma reacção a uma tentativa do governo de expulsar a guerrilha das suas bases nas montanhas.*" (*Reuter*, 15/1/96).

TIMOR EM CONSTRUÇÃO

No Brasil, à semelhança de outros países espalhados pelos cinco continentes, também foi lembrado o 20º aniversário da invasão de Timor Leste. Nos dias 9 e 10 de Dezembro último, em São Paulo, por iniciativa do Grupo Solidário S. Domingos, mais um passo foi dado para a difusão desta questão junto da opinião pública brasileira.

No primeiro daqueles dias ocorreu uma reunião na Paróquia de São Domingos (S.P.) na qual participaram algumas dezenas de pessoas e onde os presentes puderam ouvir o testemunho de uma religiosa brasileira que viveu em Timor no início desta década, tendo presenciado o clima de repressão que prevalece naquele território. Nesta acção, o Grupo São Domingos contou ainda com a participação activa de uma timorense que reside no Brasil há alguns anos e que relatou de forma emocionada as circunstâncias da sua fuga para a Austrália, na sequência da invasão do território, e o seu trabalho com refugiados timorenses residentes naquele pais da Oceânia.

A propósito da sua estada em Timor, a religiosa brasileira contou "*as impressões mais fortes que lhe ficaram*". Referindo-se à forma como os timorenses apreciam o povo brasileiro, a religiosa relatou que "*na Copa do Mundo* [de futebol, 1994] *todos torciam pelo Brasil, apesar da maioria dos missionários*" serem italianos. Foi particularmente impressionante a descrição que fez das miseráveis condições de vida existentes em Timor, bem como da tenacidade e resistência do povo Maubere.

Este evento, carregado de simbolismo e religiosidade, desenrolou-se em torno de um altar "*no qual estavam o vídeo e a TV, a Bíblia, uma vela colocada numa concha trazida de Timor Leste, um* tais *(...) e uma pequena casa timorense*".

A cerimónia terminou com a leitura do "*livro do Êxodo, 3, 1-12a, em que Deus vê o sofrimento do povo escravo no Egipto e chama Moisés para libertá-lo*" a que se seguiu o Pai Nosso rezado em tétum.

A segunda acção, no dia 10, decorreu na Catedral da Sé e coincidiu com a missa das 18 horas. Estiveram presentes cerca de 400 pessoas.

O inicio da celebração foi marcada por uma procissão de entrada, na qual a timorense residente no Brasil, acompanhada pelo marido e pela religiosa brasileira, empunhavam cartazes sobre Timor Leste. De seguida foi posto um *tais* na Cruz para simbolizar o sofrimento do povo timorense.

Depois da comunhão, a timorense dirigiu-se à assembleia relatando os aspectos trágicos da história recente de Timor e colocou um *tais* sobre os ombros dos celebrantes simbolizando, desta forma, o acolhimento que os timorenses conferem ao povo brasileiro e apelando à sua solidariedade. De seguida rezou-se, a "*oração de Santa Cruz*", recordando o massacre ocorrido em Novembro de 1991.

De acordo com o relatório produzido pelo Grupo Solidário S. Domingos, que vimos citando, "*no final, foi pedido aos presentes que assinassem uma carta de apoio ao povo de Timor Leste, tendo sido recolhidas centenas de assinaturas. Temos a certeza de que o povo de Timor Leste não será esquecido pelas pessoas presentes.*" Nós também a temos.

PRIVILÉGIOS PARA ALGUNS

"Desde os anos 60 a Indonésia persegue uma estratégia política e económica de acumulação intensa para alguns e de agressiva exclusão para a maioria"

"*Desde os anos 60 a Indonésia persegue uma estratégia política e económica de acumulação intensa para alguns e de agressiva exclusão para a maioria. O desenvolvimento económico trouxe riqueza desmedida para uns quantos (especialmente o Presidente e os que o rodeiam), em simultâneo com pobreza alargada. Existem no país bolsas densas de* 'primeiro-mundismo', *com mega-avenidas, urbanizações de sonho, lojas* Pizza Hut *e* McDonalds, *emissões CNN ao vivo, as mais modernas tendências em música e moda. (...). No entanto, fora dessas bolsas, há vastas áreas de* 'terceiro-mundismo', *com água poluída, deficiente saneamento, doença, desemprego e frustração galopantes.*"

Esta é a análise que Jeffrey A. Winters, professor de Economia Política na *Northwestern University*, faz sobre a estratégia de acumulação indonésia, num artigo publicado no número de Dezembro de 1995 de *Current History*. Pelo seu interesse, reproduzem-se aqui extractos desse artigo.

UMA HISTÓRIA DE SUCESSO VISTA DE PERTO

"*Observado da perspectiva adequada, dir-se-à que houve um substancial desenvolvimento económico na Indonésia. Em 1966 o rendimento* per capita *era cerca de 75 dólares; em 1996 o Banco Mundial espera que ele atinja os mil dólares. (...). Melhorias significativas ocorreram também ao nível da alfabetização, da esperança média de vida e da mortalidade infantil. O crescimento populacional foi reduzido. A inflação foi contida abaixo dos 10%, enquanto que as taxas de crescimento real da economia se situaram entre os 6% e os 7% durante os anos 80 e 90. Baseado neste desempenho, a Indonésia tem sido apontada pelo Banco Mundial como um modelo de sucesso em matéria de desenvolvimento. (...).*

À primeira vista é difícil criticar Suharto e o seu regime da 'Ordem Nova'. No entanto, uma observação mais detalhada mostra que a situação é muito menos brilhante. Devido à pilhagem governamental e à repressão, o desenvolvimento indonésio ficou muito aquém das potencialidades e da riqueza do país. Os valores per capita *escondem a concentração da prosperidade e o governo indonésio tornou o assunto ainda mais nebuloso ao basear-se em dados incorrectos sobre a distribuição de riqueza. Entretanto, o país acumulou uma das maiores dívidas externas do mundo - 100 biliões de dólares em 1995, exigindo pagamentos anuais de juros e amortizações superiores a 8 biliões. (...).*"

UMA OPORTUNIDADE PERDIDA

"*Sem querer fazer comparações simplistas, é útil considerar, porém, como eram semelhantes a Indonésia, a Formosa e a Coreia do Sul há 35 anos atrás e como são tão diferentes hoje em dia. (...) Todos estes países começaram com um modesto PIB* per capita *nos anos 60. Embora a Coreia do Sul e a Formosa tenham começado a registar crescimentos significativos em termos de rendimento* per capita *por volta de 1975, a Indonésia permaneceu notavelmente estável até aos anos 90. Tomando a Coreia do Sul como comparação, os ratios entre ambos os países passaram sensivelmente de 1/1 em 1960, para 4/1 em 1984 e subiram para 10/1 em 1992. (...).*

Continuando as comparações, ambos os países receberam entradas massivas de capital e de recursos que serviram para financiar agressivos planos de desenvolvimento. (...). Durante um período de 17 anos a Coreia recebeu 8.7 biliões de dólares em assistência bi e multilateral. (...). Demorou cerca de uma década até essa assistência começar a produzir crescimentos rápidos na Coreia. (...). Entre 1974 e 1990 a Indonésia recebeu 166.5 biliões, entre receitas orçamentais do petróleo e do gás natural e créditos externos. (...). Os frutos deste capital deveriam ser visíveis a partir de meados da década de 80. No entanto, em 1992 o PIB per capita *continuava quase letárgico.*

Porque é que, tendo o seu governo beneficiado de muito mais recursos, o crescimento da Indonésia foi bloqueado? O montante de recursos disponível é apenas parte da equação. É igualmente importante examinar como são usados esses recursos: podem ser investidos efectiva e eficientemente ou podem também ser desperdiçados, roubados e consumidos pelos actores políticos (e seus aliados na sociedade), que a eles têm acesso directo. Devido ao sistema autoritário vigente na Indonésia, não há forma efectiva de controlar os que usam recursos públicos para tirar vantagens pessoais. (...). Como resultado verificou-se o esbanjamento de uma rara oportunidade de usar recursos fáceis para efeitos de desenvolvimento rápido. (...)."

A CONTAGEM DOS POBRES

"*Em 1989, o Presidente Suharto surpreendeu o país quando anunciou que a Indonésia tinha apenas 30 milhões de pobres. (...). A definição de pobre usada em 1994 pelo instituto governamental de Estatísticas Centrais incluía quem tivesse um rendimento inferior a 20 mil rupias mensais nas zonas rurais ou a 28 mil nas cidades* [cerca de 1500 e 1900 escudos, respectivamente]. *Em Jacarta isto corresponde a 933 rupias diárias* [uns 60 escudos], *o que é estritamente o mínimo para comprar uma tigela de arroz três vezes por dia. Excluindo a alimentação, este rendimento diário significa que não sobraria qualquer dinheiro para alojamento, roupa, despesas de saúde ou transportes.*

Multiplicando este limiar de pobreza por dois, alcança-se 2 mil rupias diárias, que é a quantia paga aos estagiários que trabalham em part-time *no* McDonalds *de Jacarta. Colocando este salário no seu contexto, um estagiário indonésio teria de trabalhar quase 4 dias para pagar um* Big Mac, *batatas fritas e uma Coca-Cola. Duplicar a definição de pobreza para 40 mil rupias mensais nas áreas rurais*

e 56 mil nas cidades, elevaria o número de indonésios vivendo em situação de pobreza para perto de 75 milhões de pessoas. Mesmo a níveis duplos da linha oficial de pobreza, muito dificilmente seria conseguida comida nutritiva, alojamento, transporte e cuidados médicos. (...)."

NEGÓCIOS E ESTADO DE DIREITO

"*Apegando-se ao mito de que a abertura económica acarreta necessariamente abertura política, os Estados Unidos têm concentrado a maioria dos seus esforços na insistência para que os indonésios desregulamentem a sua economia.*

Todavia, em vez de abrir caminho para a democracia, esta política alcança exactamente aquilo para que foi concebida: abrir a porta aos negócios e aos investidores. (...). Sempre avessos aos riscos, os investidores favorecem leis, regulamentações e instituições que sejam previsíveis, estáveis e transparentes. (...). E a verdade é que o sistema clientelar existente na Indonésia, que se traduz no acesso a pessoas poderosas no sistema, transforma os negócios em jogadas arriscadas. (...).

Os investidores exigem acessos baseados nas condições de mercado e não em favores dos funcionários (a não ser, claro, que estejam seguros que serão os únicos a beneficiar deles). Querem também que os contratos sejam obrigatórios e com força de lei, o que significa que os tribunais devem ter mais poder e independência. De acordo com a Lei Básica 14/1970, o controlo sobre os tribunais está nas mãos do Ministério da Justiça, que responde apenas perante o Presidente. O Ministério controla o orçamento dos tribunais abaixo do Supremo, bem como as promoções e transferências de juízes, enquanto todas as nomeações e demissões são feitas pelo próprio Presidente. (...)."

PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

"*Suharto tem sido altamente crítico em relação ao movimento global pelos Direitos Humanos, considerando-o como uma interferência neo-imperialista nos assuntos internos do país. (...). Suharto argumenta que os Direitos Humanos ocidentais não se ajustam à escolha indonésia pelo consenso e à preferência pelo grupo em desfavor do indivíduo.*

Os protestos estridentes dos dirigentes autoritários da Ásia mostram que a discussão sobre Direitos Humanos não é, no essencial, entre países ou mesmo entre o Ocidente e o Oriente, mas radica fundamentalmente no seio desses mesmos países. Seria simples suprimir a pressão pelos direitos civis e pela democracia se ela viesse principalmente de fora. É a natureza claramente doméstica, interna, dessas lutas, aliadas a actores governamentais e não-governamentais externos, que causa aos ditadores um genuíno alarme. O principal problema para Suharto e seus amigos é que eles estão empenhados em falar em nome de populações que estão determinadas em falar por si próprias."

GRÃ-BRETANHA: O MAIOR INVESTIDOR ...

Com um montante global de 6,32 biliões de dólares americanos, a

Grã-Bretanha foi o maior investidor estrangeiro na Indonésia em 1995. Seguiram-se-lhe o Japão (com 3,79 biliões), a Austrália (3,71), os E.U.A. (2,77), Hong-Kong (1,76), Singapura (1,46) e a Alemanha (com 1,34 biliões).

Cumulativamente para o período de 1967 a 1995, o que se seguiu ao golpe de Outubro de 1965, o Japão permanece o maior investidor estrangeio com um total de 27,11 biliões de dólares, com a Grã-Bretanha em segundo lugar com 20,72 biliões. Vêm depois Hong-Kong (16,32), Singapura (15,02) e os E.U.A. (com 11,51 biliões) (*Jakarta Post*, 28/12/95).

Estes dados estatísticos ajudam a explicar o porque a Grã-Bretanha, no seio da União Europeia, é, juntamente com a Alemanha e a Holanda (esta por outras razões), o principal adversário de Portugal na questão de Timor.

... E PROTESTOS ANTI-*HAWK*

A campanha contra a venda de aviões de guerra *Hawk* a Jacarta

continua a chamar as atenções da opinião pública inglesa.

Segundo a Tapol, três activistas foram levadas a tribunal em resultado de um incursão nocturna às instalações da *British Aerospace* - os fabricantes deste tipo de aparelho - em Wharton, Lancs. As três mulheres - Joanna Wilson, de 32 anos, membro do conselho municipal de Knowsley, Andrea Needham, de 30, enfermeira, e Lotta Kronlid, de 27, jardineira - infiltraram-se no dia 26 de Janeiro nas instalações da BA e danificaram seriamente um dos aviões estacionados num hangar em sinal de protesto, conforme disseram em tribunal, pela venda de armas a um regime envolvido numa campanha de genocídio contra a população de Timor Leste.

MOÇAMBIQUE: CÁ ESTAREMOS

"*Carlos Vilares, o coordenador do grupo moçambicano de solidariedade*

com o Povo de Timor Leste, foi encontrado sem vida na sua residência em Maputo na terça-feira à noite, 23 de Janeiro." Foi através destas curtas linhas que soubemos da morte daquele que foi um dos grandes impulsionadores e animadores do movimento de solidariedade em Moçambique.

Acreditamos que os nossos companheiros do grupo moçambicano saberão manter bem levantada a bandeira da solidariedade com a causa timorense.

No seu último artigo, saído no *Domingo-Semanário* de 20 de Janeiro, escreveu Carlos Vilares: "*No termo deste ano estaremos aqui para o balanço do nosso trabalho e, em função dos resultados, redefinir a nossa estratégia.*" Cá estaremos.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317